



OSVALDO COGGIOLA

# DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO

UMA HISTÓRIA DO MUNDO  
NA ERA DO CAPITAL



Oswaldo Coggiola

## **DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO**

Uma História do Mundo na Era do Capital



2019

## 32. CAPITALISMO TARDIO: A ALEMANHA E A ORDEM EUROPEIA<sup>1193</sup>

O século XIX foi o século alemão, tal como o XVIII fora britânico e o XVII francês (Charles Van Doran, *Uma Breve História do Conhecimento*)

Escreve a Alemanha, sobretudo, que se volta a situação dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará esta revolução nas condições mais avançadas da civilização Europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVIII e o da França no século XVIII; a revolução alemã, por conseguinte só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária (Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*)

A revolução proletária não aconteceu na Alemanha de 1848, mas também não aconteceu a revolução democrático-capitalista. A transformação capitalista da Alemanha percorreu outras vias. Na análise histórica foram abstraídos os aspectos básicos da transição para o capitalismo: o "clássico" ou revolucionário, tendo como modelo as revoluções inglesa do século XVII e a Revolução Francesa; os "não clássicos" são a "via prussiana" e a chamada "revolução alemã". O primeiro serve, sobretudo, para designar os processos de transição ao capitalismo que conservaram, na ordem social fundada pela hegemonia do capital, sobrevivências pré-capitalistas. A exemplo do uso da coerção econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; no segundo caso, a formulação foi usada por Antonio Gramsci para designar os processos de modernização promovidos "pelo alto", nos quais a interação entre as diferentes frações das classes dirigentes é um recurso para afastar a participação das classes e massas populares na passagem para a modernização capitalista. Na era moderna, a Alemanha chegou finalmente ao cenário histórico da Europa das nações, antecipado pela Paz de Westfália. O império "alemão" tinha sido estabelecido por Maximiliano I de Habsburgo, "rei dos romanos" desde 1493, oitavo imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1508. A dispersão territorial e as diferenças entre os territórios do patrimônio dos Habsburgo obrigaram Maximiliano a unificar a ordem legal, administrativa e militar, além de realizar pactos internacionais. Morreu em 1519, Maximiliano foi sucedido pelo seu neto Carlos de Gante, que encabeçaria o Império com o nome de Carlos V: "A orientação universalista própria do poder imperial alemão se manifestava na sua contínua tendência à expansão: para Itália, para Oriente nas Cruzadas, na ofensiva colonizadora em direção das regiões eslavas e húngaras, e ainda no início da Idade Moderna... Tal orientação inabilitou os imperadores germanos para a tarefa histórica de dar forma política à nascente nação pela monarquia absoluta".<sup>1194</sup> Carlos V, senhor do maior império europeu desde Carlos Magno, não conseguiu impor-se na ebulição interna do país. Depois da sua abdicação, seu império mundial foi dividido.

Os proto Estados nacionais da Europa ocidental e os Estados territoriais alemães constituíram a Europa do século XVI. A Reforma e o Renascimento, acompanharam o aparecimento do Estado Nacional e a emancipação do campesinato. Mas nem o Estado Nacional nem a emancipação do campesinato tiveram lugar na Alemanha nos séculos XV e XVI. Friedrich Engels considerou que a guerra camponesa encabeçada por Thomas Münzer foi um fenômeno especificamente alemão: "A revolução de 1525 foi um assunto particular da Alemanha"; "O principal efeito da guerra dos camponeses foi tornar mais aguda e consolidar a divisão política da Alemanha, a mesma divisão que havia sido a causa do seu fracasso".<sup>1195</sup> Devido a isso, Alemanha participou apenas parcialmente do primeiro ciclo da revolução burguesa europeia. Com a Paz de Westfália (1648), Alemanha perdeu territórios para a França e a Suécia; e houve o desmembramento da Suíça e da Holanda do império germânico.

Através da Alemanha concedeu seus aos estados membros os direitos essenciais de soberania em questões religiosas e seculares, permitindo-lhes até formar alianças com parceiros internacionais. A Hansa e as cidades alemãs do Sul, que no século XVI tinham ocupado um destacado lugar no comércio internacional, ficaram economicamente negligenciadas nos séculos XVII e XVIII. No século XVII, os Estados territoriais alemães, quase soberanos, adotaram o absolutismo, com um soberano com poderes limitados, estruturas administrativas rígidas, economia organizada e exércitos permanentes. Os principais eram Baviera, Brandemburgo, Saxônia e Hannover. Os imperadores da Alemanha fracassaram em suas tentativas de criar um estado centralizado e cederam cada vez mais autonomia e seus vassallos. Mais de 300 baronatos, cidades livres, condados, ducados, principados, e outros Estados grandes ou pequenos, criaram independentes para quase todos os efeitos, incluindo sistemas monetários. No início do século XVIII, havia na Alemanha 170 sistemas monetários independentes. A maioria deles (e também os da Escandinávia)

<sup>1193</sup> Este capítulo foi redigido em conjunto com Rodrigo Medina Zaguí, Doutor pelo Proclama-USP e docente de Relações Internacionais na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

<sup>1194</sup> Alfredo Bauer, *Martin Lutero. El hombre, la nación y la humanidad*. Buenos Aires, Ateneo von Humboldt, 1983, p. 11.

<sup>1195</sup> Friedrich Engels, *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Clarín, 1972.

era baseada no *Taler* ou *táler*, cunhado pela primeira vez no Tirol, em 1486.<sup>114</sup> A Áustria, que conseguira conter a invasão turca e havia incorporado a Hungria e parte dos Bálcãs, entretanto, tornou-se uma grande potência. No século XVIII, ela ganhou um rival, a Prússia, que se formara a partir do ducado de Brandemburgo, e se transformou numa grande potência militar durante o reinado de Frederico, o Grande (1740-1786). Frederico II da Prússia, junto a José II, foram “monarcas esclarecidos”: como imperadores, propiciaram à burguesia sua ascensão à camada social de maior influência (traço característico de monarquias protestantes). O que marcou o reinado de Frederico foi a consolidação do exército prussiano como uma máquina de guerra, tornando a expressão de que Prússia não era um Estado que possuísse um exército, mas o contrário. A máquina bélica prussiana foi posta à prova em 1740 quando Prússia invadiu vitoriosamente a Silésia. A segunda importante atuação desse exército ocorreu de 1756 a 1763, ainda sob Frederico II, na Guerra dos Sete Anos, que opôs Prússia à Áustria, Saxônia, Rússia, França e Suécia. O fim do conflito foi determinado pela Paz de Hubertusberg, confirmando o pluralismo dos Estados germânicos. Em 1765, José II foi coroado Imperador; a hegemonia política nos Estados germânicos se desenhava a partir das demonstrações de superioridade militar prussiana.

Em 1785, a Liga dos Príncipes Germânicos ficou sob a chefia da Prússia, que aos seus domínios (incluindo os novos territórios adquiridos na Polónia a partir de 1793) assumiu uma postura firme e absolutista, e parecia mais adversária da Áustria do que da República Francesa, vista como um peão no confronto contra os Habsburgos: o exército francês era considerado muito fraco para derrotá-los, mas forte o suficiente para enfraquecer o exército austríaco. No dia seguinte à queda da Bastilha, Goltz, primeiro-ministro prussiano, regozijava-se pelo que julgava ser a ruína de Maria Antonieta e o fim da aliança franco-austríaca. Leopoldo II, sucessor de José II, modificou o Estado de alto a baixo, distendendo a centralização e visando reconquistar as simpatias das aristocracias e magnatas das províncias do Império para uma guerra de conquista da França, mas obteve magros resultados nos Estados indóceis, como a Boêmia e a Hungria. Seu sucessor, Francisco I (que assumiu o trono a 14 de julho 1797) aboliu as medidas descentralizadoras do seu pai e restabeleceu o estado de centralização de José II.

A emancipação conquistada pela burguesia em relação aos príncipes viu seu processo interrompido com as guerras napoleônicas. Em 1792, tiveram início os conflitos armados entre Prússia e a França revolucionária, com consequências para o desenvolvimento político prussiano: em 1803 a deputação imperial revogou a independência de 45 das 51 cidades imperiais. A Revolução Francesa contribuiu para desmoronar o Sacro Império em 1805, mas seu impacto não chegou a se alastrar na Alemanha, devido a sua estrutura federal. Atacado pelo exército de Napoleão o Império sucumbiu. A França anexou a margem esquerda do Reno. A reorganização territorial deu-se à custa dos principados menores e dos microestados religiosos. Os estados médios foram beneficiados, unindo-se em 1806 na Liga Renana (ou Confederação do Reno), propiciada pela França. No mesmo ano, o imperador Francisco II abdicou da coroa, pondo fim ao Sacro Império Romano Germânico. A oposição aos franceses acabou dando asas ao “espírito nacional” alemão. A abolição da vassalagem, a liberdade profissional, a autonomia municipal, a igualdade perante a lei e o serviço militar obrigatório foram implantadas nos estados da Liga Renana; mais tarde, também o foram na Prússia. Em 1808, Prússia passou pelas reformas de Von Stein, a partir das quais foram regulamentadas as cidades e se autodeterminaram os municípios. O Congresso de Viena (1814–1815) estabeleceu uma nova ordem na Europa, após a vitória da reação aristocrática: o espiroação a um Estado Nacional alemão, no entanto, não se concretizou. A Liga Alemã era uma união de Estados soberanos pouco coesos. O seu único órgão, a Dieta de Frankfurt, não era um parlamento eleito, e sim um congresso de delegados designados “por nome”. A Liga só podia agir com o benedictio das duas grandes potências, Prússia e Áustria; nas décadas seguintes, reprimitu todas as tentativas de unificação e liberdade política. De 1815 a 1848 a Santa Aliança (Prússia, Rússia e Áustria, com apoio inglês) impediu os Estados confederados germânicos qualquer espécie de autodeterminação. Fez seu caminho crítico a ideia de uma centralização do poder com a criação de um Estado germânico sob uma monarquia. A Tarifa Protetora Prussiana de 1818 aboliu os direitos alfandegários no interior da Prússia; em 1834 foi estabelecido o *Steuerverein* (União aduaneira, que eliminava as taxas sobre a circulação interna de mercadorias). A Prússia adquiriu a Renânia e outros importantes territórios e, após o armistício, os príncipes puderam reconstituir seu sistema de domínio impondo um novo controle sobre a burguesia, já acostumada a certa autonomia. Cercado por outros ducados germânicos, o Estado prussiano, desde 1815, com a reordenação europeia desenhada pelo Tratado

<sup>114</sup> O nome desse moeda era uma abreviação de Joachimstaler, por ter sido originalmente cunhada com prata da mina de Joachimsthal na Boêmia, anexada ao ducado da Áustria após a Guerra dos Trinta Anos. Seu nome também tem origem ao *ólar* dos países escandinavos e ao *dólar* norte-americano (na peculiar pronúncia dos *vancozes*), que na origem nada mais era do que o peso espanhol, aproximadamente equivalente em valor ao *táler* alemão.

de Viena, passou a compor a *Staatbund*, Confederação Germânica composta por 38 Estados dirigidos pelo Imperador da Áustria.

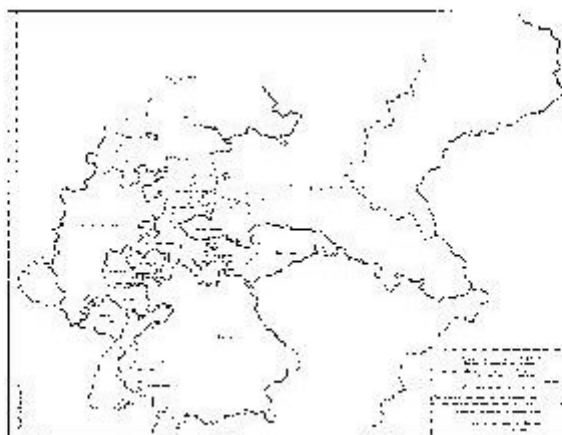
As decisões comuns da Confederação eram submetidas à votação na Dieta estabelecida em Frankfurt; as decisões práticas passaram a ser anotadas diretamente pelo imperador austríaco, relegando a Dieta à inoperância e encontrando simpatia nos príncipes dos estados do Sul, submetidos por laços de vassalagem aos Habsburgo. Em contrapartida, encontraram oposição dos movimentos unitários e nacionalistas, que tinham por objetivo pôr fim ao domínio austríaco sobre os Estados germânicos. Apesar da organização da Confederação ter permitido reativa autonomia política aos príncipes sob o controle e vigilância da Santa Aliança, a população em geral, bem como a elite política, manifestava simpatia pela unificação dos reinos em um Estado Nacional. A relativa homogeneidade étnica, cultural e linguística deu o tom de um nacionalismo crescente, ratificado pela burguesia comercial que via na possibilidade de unificação nacional a perspectiva de prosperidade econômica, com o fim das dispendiosas tarifas para circulação de mercadorias e de capital no âmbito germânico; os interesses dominantes pareciam contar para a centralização do poder num Estado monárquico germânico. O ano de 1818 foi marcado pela agitação gerada por universitários representantes da jovem intelectualidade alemã, que formaram a *Burschenschaft*, uma liga de estudantes luteranos que organizou demonstrações de queima de livros de Haller (pensador tido como reacionário), tradição inquisitorial que deitou fortes raízes na Alemanha, e de símbolos do militarismo, em uma festividade que comemorava os cinco anos da vitória antinapoleônica na batalha de Leipzig. As manifestações desafiaram os soberanos da Baviera, Württemberg e Baden, levando-os a outorgar constituições com eisitudadas acima da autoridade dos próprios reis, limitando seus poderes de atuação. Mas o assassinato do publicista antiliberal e antinacionalista August von Kotzebue serviu de pretexto para a ação dos soberanos contra a *Burschenschaft*. Metternich promoveu a reunião dos príncipes germânicos em Karlsbad, em 1819, e em Viena, em 1820, onde se deliberou pela dissolução do movimento universitário e pela revogação das constituições promulgadas, estabelecendo o controle no Estado nas universidades e a censura à imprensa. Os únicos estados que se negaram a suprimir suas constituições foram os sulistas. A *Burschenschaft* foi reorganizada em todas as universidades germânicas no início da década de 1830, como reflexo da revolução parisiense, levando a concessões de liberdades e promulgação de novas constituições na Saxônia, Baviera, Brunsuick e Hesse-Cassel.

Em 1832, em Hambach, 25 mil liberais se congregaram sob o emblema do bondeiro preto, vermelho e dourado, proclamando para a unificação sob um único Estado bávaro. A reação contra a reorganização da *Burschenschaft* foi encabeçada pela Prússia, que, apoiando Metternich, chefe político da Santa Aliança, aprovou na Dieta de Frankfurt, em julho de 1832, a proibição de reuniões e a perseguição aos estudantes e demais líderes do movimento. A perseguição resultou em um relevante número de refugiados que fugiram em grande parte para Paris. Por meio da Assembleia de Muniquegraetz, o rei prussiano, o imperador austríaco e o czar russo exigiram do governo francês a expulsão e entrega dos refugiados, condenados por crimes políticos. A reação parecia triunfar; um plano econômico prussiano acelerou eficazmente o processo de unificação alemã, mediante uma união econômica entre os ducados germânicos, com exceção da Áustria, a partir da supressão de todas as barreiras alfandegárias internas. Em 1834, foi fundada a União Alfandegária Alemã (*Zollverein*) e, em 1835, foi inaugurada a primeira estrada de ferro "nacional". A *Zollverein* era um mercado comum da Prússia com 25 outros estados do norte da Alemanha; em 1839, adotou uma moeda chamada *Vereinsthaler* (táler da união), definida como 18,5585 gramas de prata a 90%, de modo que 14 táleres faziam exatamente um marco de prata.<sup>114</sup>

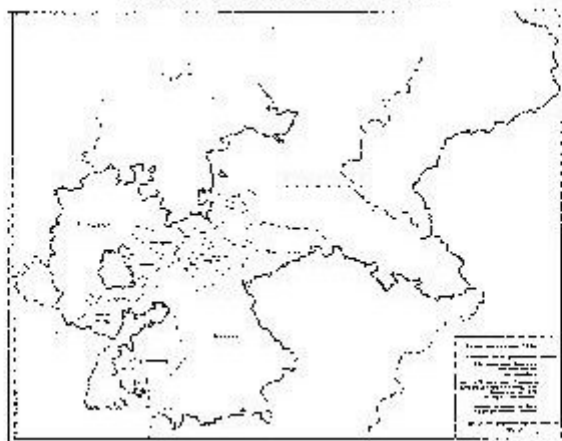
Comçava a industrialização e, com as fábricas, formou-se uma classe operária fãul. O forte crescimento demográfico já levava a um excedente de mão de obra. A massa dos operários vivia na miséria, e não demorou sua organização. A livre circulação de mercadorias acabou facilitando a circulação de ideias e o trânsito pelos limites germânicos. Havia-se presenciado o processo irreversível que levaria à unificação política, ao passo da unidade econômica, advogando contra os particularismos locais que atrapalhavam o projeto centralizador e detendendo o

<sup>114</sup> O *Vereinsthaler* passou a dividir-se em 30 *Groschen*, 300 *Pfenning* e 720 *Helier*. Alguns estados alemães do sul, liderados pela Baviera e Württemberg, formaram um mercado comum sul-alemão e adotaram como padrão um *Gulden* ou florim; 24,5 florins equivaliam a 14 táleres prussianos. Nas décadas seguintes, continuou a rivalidade entre Áustria e Prússia, mas a primeira gradualmente perdeu terreno. Em 1849, houve uma tentativa de unificar os padrões monetários do Norte e do Sul da Alemanha com uma moeda única, o *Vereinsmarke* (moeda da união) ou duplo táler, valendo 2 táleres ou 3,5 florins, mas o projeto não foi além disso. A Áustria tentou unir ao *Zollverein*, mas foi rejeitada pela Prússia. Em 1857, houve um acordo monetário entre os três padrões vigentes na Alemanha: o *Vereinsthaler* foi redefinido como 18,5186 gramas, para se adequar melhor ao sistema decimal; 30 táleres passaram a conter exatamente 1 kg de prata pura, equivalentes a 52,5 florins do Sul da Alemanha, ou 45 florins austríacos.

protecionismo tarifário. O economista alemão Friedrich List já teorizava, em livro de 1841, que "o livre-comércio favorecia (à Grã Bretanha) mas não as economias menos desenvolvidas. (Ele) beneficiava os exportadores de produtos agrícolas dessas economias, se bem que, no longo prazo, em detrimento da manufatura local e da prosperidade da economia nacional".<sup>113</sup> A revolução de 1848 teve forte eco na Alemanha. Insurreições populares em todos os estados da federação obrigaram os príncipes a concessões. A unificação proposta pelos democratas parecia um projeto revolucionário para renovar o *Reich*, unificando a confederação em um Estado nacional: além da liberdade de pensamento e de imprensa, a revolução conquistou o compromisso dos reis germânicos em promulgar constituições e estabelecer ministérios liberais. Em maio de 1848, para promulgar a Constituição do Estado alemão unificado, foi convocado o Parlamento de Frankfurt, com delegados de todos os Estados da Confederação.



Uniãos alfandegárias alemãs em 1828

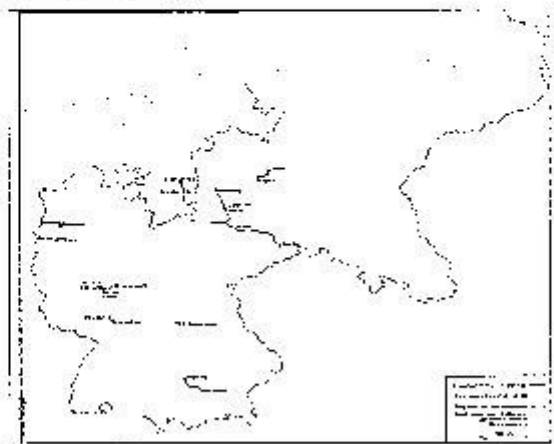


Zollverein em 1834

Fra, na verdade, o início do fracasso da Assembleia Nacional ou Parlamento alemão: "A sua convocação tinha sido a primeira prova de que tinha havido efetivamente uma revolução na Alemanha... Eleito sob a influência da classe capitalista por uma população rural desmembrada e dispersa, na maioria mal acordando do mutismo feudal, este Parlamento serviu para trazer para a arena política, num só órgão, todos os grandes nomes populares de 1820-1848, e depois para arruiná-los totalmente. Todas as celebridades do liberalismo na classe média estavam aí reunidas; a burguesia esperava maravilhas; colheu vergonha para si própria e para os seus representantes. O liberalismo político, o regime da burguesia, tanto sob uma forma de governo monárquica como republicana, é para

<sup>113</sup> - a-Joon Chang, *Chutando a Escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora Unesp, 2003, p. 16.

sempre impossível na Alemanha".<sup>329</sup> Em 1848, como no começo do século XVI, com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do pensamento. Em Berlim, apoiado pelos junkers (elite latifundiária), o rei prussiano dissolveu o parlamento e promulgou uma nova constituição, que privilegiava os membros da aristocracia, estabelecendo uma câmara aristocrática nomeada pelo soberano, e outra composta através de voto censitário. Em julho, a Assembleia de Frankfurt deliberou a formação de um governo provisório. O impasse se resolveu numa reviravolta na Assembleia que, em março de 1849, ofereceu a coroa ao rei prussiano, Frederico Guilherme IV.



Malha ferroviária alemã em 1840

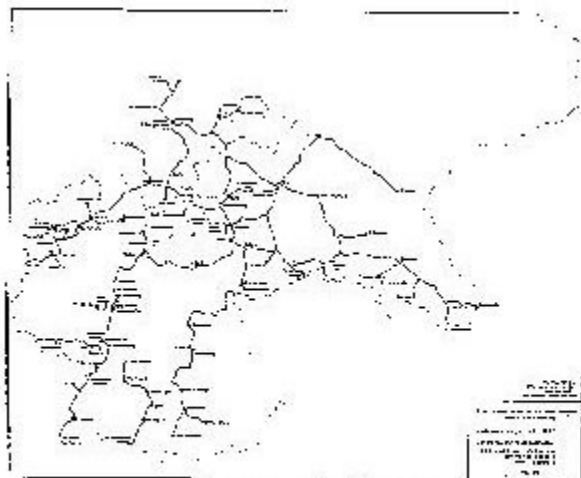
O "centro" liberal, que visava uma monarquia constitucional com direito eleitoral limitado, era a força dominante na Assembleia, dividida entre a chamada "grande solução" e a "pequena solução", ou seja, um império alemão com ou sem a Áustria. A constituição aprovada previa que o governo imperial prestasse contas ao Parlamento, e a assembleia ofereceu ao rei da Prússia a coroa hereditária do Império Alemão. Mas o soberano não quis aceitar uma dignidade concedida por uma revolução. Em 1849, nem "a pequena solução alemã" vingou, frustrando a renovação do Reich mediante a unificação da Confederação em um Estado nacional. Em maio, fracassaram os levantes populares que pretendiam impor a constituição "de baixo para cima". Selada a corrente da revolução alemã, a maioria das conquistas democráticas foi anulada, e em 1850 foi restabelecida a Liga Alemã. A representação democrática cedia voluntariamente seu poder político: "A burguesia alemã, desde o princípio, tem longe de fazer a revolução, dissociou-se dela. A sua consciência dirige-se contra as condições objetivas da sua própria dominação. A revolução não podia ser feita por ela, mas só contra ela. As instituições democráticas reapresentavam, no seu espírito, não um objetivo pelo qual combatesse, mas uma ameaça para o seu bem-estar. O proletariado era ainda fraco demais: faltavam-lhe organização, experiência e conhecimentos. O capitalismo tinha se desenvolvido o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas relações feudais, mas não o bastante para levar ao primeiro plano, como força política decisiva, a classe operária, nascida das novas relações industriais. No caso da Alemanha, o antagonismo entre o proletariado e burguesia tinha ido longe demais para permitir à segunda assumir sem temor o papel de dirigente da nação, e não o suficientemente longe para permitir ao proletariado assumi-lo no seu lugar".<sup>330</sup> A nova classe social, o proletariado, já se fazia sentir no plano político. O primeiro sistema de seguridade social, o alemão, teve como antecedente o programa adotado no *Deutsche Arbeiterkongress* de agosto-setembro de 1848, em plena efervescência revolucionária no país. *Der Arbeiterverband* criou a partir de ali um programa que previa, ao lado das reivindicações políticas revolucionárias, "a supressão dos impostos indiretos, o seguro-doença e o seguro-invalidez, a redução da jornada de trabalho".

Qualquer proposta de unificação encabeçada pela Prússia, para garantir a hegemonia da casa Hohenzollern, teria obrigatoriamente que passar pelo enfrentamento com a Áustria. E de fato esse enfrentamento por pouco não ocorreu após a insurreição popular que destronou o Duque de Hesse, provocando o encontro entre as tropas prussianas e austríacas próximo à Guita, mas um ultimato austriaco, de 25 de novembro de 1850, provocou a desistência da Prússia e a retirada de suas tropas em Olmütz. A desistência de Guilherme IV não se restringia ao

<sup>329</sup> Friedrich Engels, *Violência e economia na instauração do Novo império Alemão*. Porto, Larrapão, 1974.

<sup>330</sup> Leon Trotsky, *Balances y Perspectivas*. cit.

embate militar, mas ao próprio projeto de unificação: para os dirigentes políticos, bem como para o povo em geral, a Prússia havia sido humilhada em Olmütz. O reino prussiano, no entanto, conseguiu reunir os 38 Estados da Alemanha no *Zollverein* e, em 1853, com a renovação da União Aduaneira, que mais uma vez excluía a Áustria, facilitou a industrialização dos Estados da Confederação Germanica. Em 1854 os estados que formavam o *Steuerverein* abriram ao *Zollverein*. A partir dessa configuração foram criados polos que se transformaram nos grandes distritos industriais da Saxônia, Renânia, Westfalia e Silésia, alterando a paisagem de aldeias predominantemente agrárias e pastoris, de extensos campos de cultivo e criação de animais, para cidades urbanizadas com fábricas.



Malha ferroviária alemã em 1850

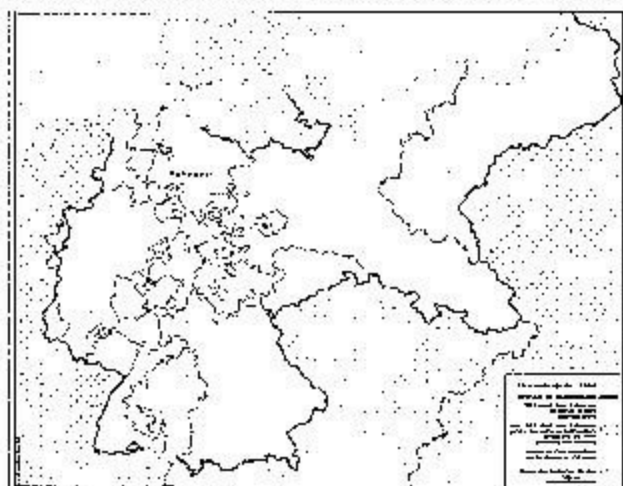
A calçaria deu lugar à agitação dos operários; o distanciamento social em relação à classe burguesa acentuou a luta de classes, alimentada pelo êxodo rural com a conversão de antigos camponeses em operários, que chegavam em grande número às cidades. Junto a um denso operariado formou-se uma burguesia empreendedora, animada pelas possibilidades da industrialização. A Prússia, em 1855, contabilizava 500 milhões de francos em capital de sociedades, restabelecendo a pujança dos ocidentais proprietários *junkers* e dos antigos nobres, que passaram de arruinados proprietários de terra para a condição de administradores de explorações industriais. O desenvolvimento econômico continuou na década de 1860 com o aumento do volume de exportações e crescimento do comércio exterior. A tardia industrialização alemã aproveitou largamente a experiência e as técnicas dos países industrializados vizinhos e até seus capitais, embora os capitais franceses, que dominavam a economia russa, não ultrapasassem 4% dos investimentos industriais e financeiros na Alemanha; ainda assim, a indústria alemã "pulou etapas".<sup>1188</sup> O projeto de unificação nacional foi retomado a partir dos problemas políticos internos do reino de Guilherme I. O soberano ascendeu ao trono em 1861, com 64 anos de idade, substituindo seu irmão Frederico Guilherme, acometido de ataques de loucura. Entre suas primeiras medidas esteve a nomeação do general Roon como Ministro de Guerra, plantando no primeiro escalão das forças armadas o ressentimento com os acontecimentos de Olmütz. O ministro nomeou como chefe do Estado-Maior central o general Helmuth Von Moltke (1800-1891), antigo discípulo do general prussiano Karl Von Clausewitz (1780-1831), cuja estratégia de movimentos reconfigurou a guerra moderna: "Sem dúvida o mais importante teórico militar dos tempos modernos, cabendo-lhe o mérito pelos triunfos sem precedentes alcançados mais tarde pelo Exército prussiano".<sup>1189</sup> No início da década de 1860 havia uma disputa entre o parlamento e o governo da Prússia em relação à ampliação de seu exército, entre conservadores (agrários e luteranos, respeitantes dos valores prussianos) e nacionais liberais (burgueses favoráveis a um regime parlamentarista) o que resultou em um impasse. O liberalismo alemão, "com seu desprezo pelo militarismo e pelo materialismo e arrogando-se a superioridade de seus valores espirituais. Os seus representantes constituíam a casta dos professores, do clero, dos médicos e advogados, que se consideravam a *Geist Aristokratie* (aristocracia do espírito) superiores aos ricos vulgares, aos nobres vulgares e às massas vulgares. Despreocupados com os problemas sociais, sem quaisquer compromissos em política, satisfaziem-se com um

<sup>1188</sup> Rondo Cameron, *Op. Cit.*, p. 215.

<sup>1189</sup> Peter Paret, *Construtores da Estratégia Moderna*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.



liberalismo portos adentro, que não travava batalhas e que se exprimia em uma abstrata oposição ao regime *«Der all»*, no desprezo pelo Kaiser e nas caricaturas antimilitaristas do *Simplicissimus*”<sup>220</sup>



Zollverein em 1854

Se não concebidos, em 1861, fundos adicionais pelo parlamento para a realização das reformas militares, em 1862 condicionou-se o repasse à redução de quatro para dois anos do período de serviço militar obrigatório. No confronto entre Guilherme I, conservador, e o parlamento, de maioria liberal, o monarca defendia a opinião de que os soldados prussianos não estavam imbuídos de valores conservadores: o Parlamento finalmente se negou a aprovar os créditos, decorrendo na demissão de todo o gabinete real e por pouco na abdicação de Guilherme I. Segundo conselho de Roon, Guilherme I convocou o embaixador prussiano em Paris, Otto von Bismarck: o dirigente do partido conservador, político de direita, antissemita, defensor dos interesses da classe dos  *Junkers*, da igreja católica e do exército, foi nomeado pelo rei, em 1862, ministro presidente da Prússia, dando início a uma política que levou o Estado prussiano à guerra. O desenvolvimento econômico registrado a partir de meados do século XIX favorecia a unificação nacional, tornando a Alemanha um país industrial, com destaque para a indústria pesada e a construção de máquinas. Na vanguarda desse desenvolvimento estava a Prússia. A pujança econômica, por sua vez, fortalecia a consciência política da burguesia liberal. Bismarck, por isso, governou contra o parlamento e sem um orçamento próprio. Para impor novas taxas, e assim financiar a reforma militar, recorreu a medidas repressivas, à censura da imprensa e à restrição no direito de reunião. Os êxitos na política exterior compensariam a fraca posição de Bismarck na política nacional. O tom de Bismarck dava ideia de como seriam conduzidas as negociações em relação à ampliação do exército prussiano e à unificação alemã pela força, pelo fio da espada, e política do “sangue e aço”. Resolveu a questão do orçamento para a ampliação do exército por meio de um decreto, sem submeter o assunto ao Parlamento e ignorando a oposição do partido liberal, encabeçado por Wierckow. Desprezava a via democrática, o parlamento e seus políticos liberais, além da Igreja Católica e sobretudo as organizações dos operários.

O exemplo de Olmütz ainda pesava: era preciso tirar a Áustria da Confederação Germânica caso se pretendesse a hegemonia prussiana. Bismarck conquistou em 1863 a benevolência do Czar russo, ajudando os exércitos imperiais contra os poloneses sublevados e instaurando contra eles o terror em território prussiano. Sua política expansionista foi posta em prática após reorganizado o exército, em 1864, em um conflito desencadeado após a morte de Frederico VII, rei da Dinamarca, cujos candidatos à sucessão foram Cristiano de Glücksburg e Frederico de Augustenburg. Este reclamava os territórios de Holstein, Schleswig e Lauenburg, com maioria de população de origem germânica. Holstein, desde 1815, fazia parte da Confederação Germânica; Schleswig e Lauenburg tinham expressiva maioria alemã; porém, estavam submetidas a laços de vassalagem ao rei da Dinamarca que, invocando o direito de suserania, em 1863 tentou anexar os territórios conseguindo o apoio da Dieta de Frankfurt para enviar tropas. Uma aliança de Prússia e Áustria intimou a Dinamarca a conceder independência aos territórios; o rei dinamarquês negou-se a fazê-lo, seguindo-se a declaração de guerra. Os demais ducados germânicos engrossaram as fileiras austro-prussianas e, num rápido movimento inicial, suas tropas conquistaram as linhas de Duppel, dando

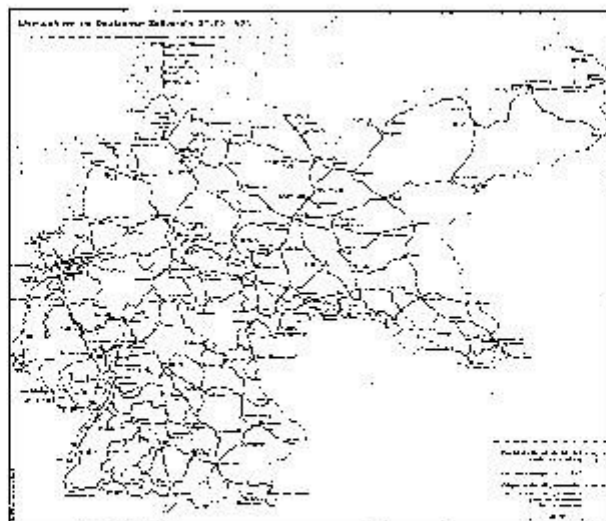
<sup>220</sup> Barbara W. Tuchman, *A Torre del Orgoglio 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007, p. 333.

início à "guerra nos ducados contra a Dinamarca". A guerra teve rápido fim, com uma vitória esmagadora da Prússia; na Paz de Viena, de outubro de 1864, ratificada pela convenção de Gastein, Holstein foi entregue à administração austríaca e Schleswig e Lauenburgo passaram a compor o território prussiano. Seguindo o plano que desenhava a exclusão da Áustria do projeto de unificação nos Estados germânicos, Bismarck viajou a Itália, onde perscrutou o anseio político italiano em relação à libertação de Veneza, sob domínio austríaco. A política agressiva de Bismarck e o poderio de seu exército provocaram, em 1866, os desdobramentos esperados. Seu objetivo era excluir a Áustria da Confederação germânica, onde mantinha superioridade, mas uma guerra aberta implicaria também no enfrentamento da Prússia com os próprios ducados germânicos sob influência dos Habsburgo reinantes na Áustria, todos os ducados meridionais e sulistas. O triunfo de Bismarck eram as relações diplomáticas italo-prussianas que renderam, no mesmo ano, o acordo que previa a libertação de Veneza pela Prússia e sua entrega à Itália, em troca de seu apoio militar em uma guerra contra a Áustria. Bismarck convocou a Dieta de Frankfurt com o objetivo de excluir a administração austríaca do ducado de Holstein.

O que não se esperava era a oposição do rei Guilherme I a guerra contra os Habsburgo; contudo, o próprio rei seria vencido por seu ministro presidente; a guerra austro-prussiana era inevitável. A "Guerra das Sete Semanas", foi declarada a 18 de junho de 1866, opondo a Prússia, aliada à Itália e aos estados germanicos do Norte, à Áustria, aliada à Dieta e a Hannover, Saxônia, Baviera e Württemberg (Estados meridionais comprometidos com os Habsburgo). O exército prussiano iniciou as operações e rapidamente comprovou a superioridade do comando e estratégia de Von Moltke em relação à inépcia e desorganização das forças austríacas, comandadas por Benedeck. Os combatentes prussianos contavam ainda com fuzis de tiro rápido, armamento muito superior aos austríacos. A guerra foi de curta duração, concentrando-se em três batalhas principais: Langensalz, onde capitularam as tropas de Hannover; Kissingen, onde se dispersou o exército bávaro; e finalmente Sadowa, na Boêmia, que pôs termo ao conflito com a derrota austríaca em 3 de julho de 1866: "É necessário que Áustria, o outro grande Estado alemão, fosse expulsa da família das nações germânicas... A partir da declaração de guerra até a paz transcorreram exatamente sete semanas; as operações militares dignas desse nome terminaram em menos da metade desse tempo. Em três semanas Prússia, apoiada por Itália no Sul, desembarçou-se do velho império dos Habsburgo e sua meia dúzia de aliados. Em uma batalha de só oito horas o exército austríaco não foi só derrotado, mas varrido da face da Terra... Todos os principais germânicos se uniram na Confederação Alemã do Norte. A maior potência militar do mundo começava a crescer. Foi surgindo um vago sentimento de superioridade, que um dia iria influenciar o destino da humanidade... Os liberais deram fim a uma luta de quatro anos contra Bismarck e se alinharam atrás dele com suas bandeiras".<sup>120</sup> Estavam lançadas as bases para um regime (um pouco) democrático sob o comando da Coroa.

França chegou a ensaiar a entrada na guerra com a determinação de Napoleão III de mobilizar 50 mil homens na região do Reno, mas logo a revogou. A coalizão italo-prussiana chegou a uma fácil vitória na Paz de Praga, assinada em 23 de agosto de 1866; Prússia conseguiu não só a anexação nos territórios sob disputa, mas também Hannover, Hesse e Frankfurt, além da prometida entrega de Veneza à Itália. Prússia transformou o *Zollverein* na Confederação da Alemanha do Norte sob sua liderança. A vitória, que fez da Prússia um Estado com mais de 25 milhões de habitantes, serviu aos interesses políticos de Bismarck, dissolvendo a Confederação Germânica e retirando a Áustria do cenário alemão. A humilhação prussiana de Olmütz havia sido devolvida com a humilhação austríaca de Praga. O movimento expansionista prussiano ficou limitado nesta fase dentro dos limites dos ducados e principados germânicos, com a criação da Federação que reuniu os Estados setentrionais do Reno, um total de 21, submetendo-os ao controle prussiano, tornando-se o rei da Prússia seu presidente vitalício e hereditário e Bismarck seu chanceler federal. Os créditos do projeto federal foram atribuídos a Bismarck, que se gabava de tê-lo escrito em uma única noite. Previa a existência de uma câmara alta (um conselho federal que representava os príncipes) composta pelos governadores dos Estados da Confederação; e uma câmara baixa (o *Reichstag*), composta por membros eleitos por meio de sufrágio universal. A Prússia passava a jurisdicionar um governo central e a dirigir as relações internacionais e comerciais, mantendo inclusive uma moeda própria. Bismarck passou a subornar jornais e jornalistas com o chamado "fundo dos répteis", composta pelo confisco dos dividendos das ferrovias de Hannover e Haxe. O projeto de unificação alemã sob a dinastia Hohenzollern ainda não era possível pela resistência dos Estados sulistas, fiéis aos Habsburgo. Para Bismarck, o fator decisivo para a adesão dos Estados do sul ao projeto de unidade alemã seria a construção do sentimento nacionalista em torno de um fator comum, ou melhor, um inimigo comum construído a partir de uma nova guerra.

<sup>120</sup> Leopold Schwarzschild, *Op. Cit.*, pp. 350-352.



Malha ferroviária alemã em 1870

O desenvolvimento do movimento operário e socialista alemão ocorria em paralelo. Em 1864, morria o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*), Ferdinand Lassalle.<sup>1701</sup> Na sua *Crítica do Programa de Gotha* (programa de inspiração essa ideia com o qual fora fundada a associação), Marx escreveu que "Lassalle sabia de cor o *Manifesto Comunista*, na mesma forma que seus fiéis conhecem as Santas Escrituras de sua lavra. Se o falsificava tão grosseiramente era apenas para escamotear sua aliança com os adversários absolutistas e senhores feudais contra a burguesia". Lassalle foi autor de *Que é uma Constituição?* e de outros textos de grande impacto na sua época. Após a morte de Lassalle, esse primeiro "partido socialista" alemão continuou a reivindicar sua memória e defender seus princípios. Lassalle combinava princípios de um socialismo vulgar (como o "direito dos trabalhadores ao produto íntegro de seu trabalho", o que significava eliminar todo fundo de acumulação) com manobras políticas em que seu anti-liberalismo flertava com o absolutismo bismarckiano. A luta política do socialismo alemão já tinha provocado as ras de Marx no *Manifesto Comunista*.<sup>1702</sup> Na década de 1860, Marx e Engels passaram a dirigir críticas e alertar para o "caminho falso" trilhada pela organização lassalleana. Esta, para Marx, "era, simplesmente, uma organização

<sup>1701</sup> Ferdinand Lassalle (1825-1864), nascido em Breslau, foi organizador do movimento operário alemão, inscrito no socialismo, mas com um viés nacionalista. De personalidade irascível e contraditória, cursou a escola superior na cidade natal. Estudou comércio em Leipzig e regressou a Breslau, onde iniciou estudos de filosofia, entrando em contato com as ideias socialistas. Mudou-se depois para Paris, conhecendo Proudhon e o poeta Heinrich Heine. O êxito como advogado, na defesa de Johanna Hatzfeld num escandaloso processo de divórcio, proporcionou-lhe uma pensão anual que lhe permitiu viver sem preocupações financeiras. Teve participação ativa na revolução de 1848 em Düsseldorf, foi preso várias vezes, até se estabelecer em Berlim como jornalista político (1857). Sua participação no movimento revolucionário aproximou-o dos círculos socialistas e de Karl Marx. Lassalle foi economista, agitador e grande orador. Partidário da unificação alemã e do sufrágio universal, em 1863 criou a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Depois mudou-se para a Suíça, onde morreu em duelo, perto de Genebra. Foi considerado o principal precursor do socialdemocratismo alemão. Defendia, no entanto, a colaboração de classes para a implementação de medidas sociais, tendo se entendido a respeito com o chanceler Bismarck, com quem manteve entrevistas secretas. Lassalle advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores para a "recuperação" dos lucros.

<sup>1702</sup> "A literatura socialista e comunista da França, que nasceu sob o jugo de uma burguesia dominante e é a expressão literária da revolta contra esta dominação, foi introduzida na Alemanha no momento em que a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e dilettantes alemães lançaram-se avidamente sobre esta literatura, mas esqueceram que com a importação da literatura francesa para a Alemanha não foram importadas, ao mesmo tempo, as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a sua significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário... Para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira Revolução Francesa "Eram mais do que as reivindicações da "razão prática" em geral, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária da França não exprimiam aos seus olhos mais do que as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. Todo o trabalho dos literatos alemães reduziu-se unicamente a pôr os novos ideais franceses de acordo com a sua velha consciência filosófica ou, mais exatamente, a assimilar as ideias francesas partindo do seu ponto de vista filosófico. E assimilaram-nas como se assimila em geral uma língua estrangeira: pela tradução..."

sectária". Seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente, em que, nas palavras de Marx, "o movimento operário na Prússia (e, em consequência, no resto da Alemanha) só existe por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são e evitar provocar o governo". De fato, existia uma aliança "por baixo do pano" entre Bismarck e Lassalle. Mas, vinte anos depois do Manifesto, o socialismo alemão achava uma sólida base operária. Os sucessores de Lassalle na presidência do partido socialista, Heinrich Döcker (entre 1854 e 1867) e Johann Baptist Von Schweitzer (de 1867 a 1871), conseguiram expandir a organização, que em 1864 possuía 4.600 membros espalhados em 50 agrupamentos.

Na França, o desgastado governo bonapartista buscava, em 1870, recuperar prestígio no plano internacional, invocando dívidas antigas, Napoleão III passou a negociar com a Prússia tentando obter de volta a região da Renânia, sem sucesso. Em seguida voltou sua atenção sobre a Bórgia; Bismarck alegou não estar interessado em desencadear um conflito com a Inglaterra. O imperador francês propôs ainda a compra do Luxemburgo ao rei holandês, o território pertencia à Confederação Alemã do Norte e estava ocupado por tropas prussianas. Os ânimos se acirram e por mais de uma conferência internacional foi decidido que Luxemburgo deveria constituir território neutro, sendo retiradas as tropas prussianas. A crise diplomática servia aos interesses de Bismarck em unificar a Alemanha. Sua proposta era suscitar o entusiasmo que adviria de um conflito armado com a França, anunciado pelas investidas francesas para ganhar territórios confederados, o conflito significaria o passo final na consecução da unidade alemã, ou, nas palavras do orador Bismarck: "A nação não podia unir-se estritamente a não ser num movimento de cólera comum". A unificação alemã sob hegemonia prussiana encontrava resistência, além dos Estados germânicos do Meio e do Sul, dentro da própria Confederação. Havia conflito de interesses com o rei do Württemberg e hostilidades manifestas por parte de Schleswig, Hannover e Hesse, por tratarem-se de territórios recém conquistados em guerras, que nunca passaram por um plebiscito que legitimasse sua ocupação. Bismarck encontrava oposição apenas do Partido Patriótico, que conquistara maioria na Câmara dos Deputados de Munique. Somente uma guerra poderia provocar entre os habitantes do Sul um entusiasmo nacional capaz de afogar as resistências.

A causa imediata no conflito franco-prussiano foi a vacância do trono espanhol após a batalha de Alcolea (o primeiro passo rumo a revolução de 1868 na Espanha) e a consequente abolição da rainha Isabel II (1830-1904). Candidatava-se ao trono o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, primo do rei Guilherme I de Prússia, apesar de a linha de sucessão apontar diretamente para Afonso XIII (filho da rainha destronada). As ambições dos Hohenzollern, que desenhavam uma aliança hispano-prussiana, alarmaram o Império francês com a possibilidade de seu estrangulamento pelos prussianos. Uma guerra com a França era o melhor meio de estimular um nacionalismo alemão na Baviera e no Württemberg, e também nos demais estados do Sul do Meio. O estrategema de Bismarck baseava-se em que seu contato pessoal com Napoleão III, no período em que fora embaixador na França (1852), já o havia convencido de tratar-se de um político ingênuo. Em junho de 1870, Leopoldo declarou sua disposição em assumir o trono da Espanha e, em resposta, o governo francês expressou seu repúdio à possibilidade de um estrangeiro subir ao trono de Carlos V.

O conflito armado se anunciava a partir da ameaça prussiana de estrangular, geograficamente, o império francês. Mas a relutância de Guilherme I em conduzir seu Estado a uma guerra contra a França levou à declaração de seu primo Leopoldo renunciando a sua candidatura ao trono da Espanha. A crise diplomática parecia ter chegado a um fim, não fosse a intenção de Napoleão III em conseguir garantias de Guilherme I no sentido de que jamais um Hohenzollern se candidataria ao trono espanhol. Como essas garantias não fossem satisfeitas, Bismarck achou o pretexto diplomático para a ação bélica que almejava. Em 15 de julho de 1870, o rei prussiano decretou a mobilização geral de suas tropas, mais de um milhão de homens, metade dos quais já eram militares experimentados em outros conflitos. Foram mobilizados três corpos de exército para guarnecer as fronteiras com Austria e Dinamarca, prevendo uma provável aliança destes países com a França (o que não ocorreu). Em 19 de julho de 1870, a França declarou guerra à Prússia. Napoleão III teve que se reparar com a declaração de neutralidade da Áustria, Itália e Rússia; e do lado prussiano, todos os Estados germânicos aderiram ao conflito. A intenção de Bismarck em cooptar os Estados renitentes ainda sob influência austriaca foi bem sucedida, pois logo no início da guerra a Prússia contou com o apoio incondicional de todos os Estados meridionais. Desenhava-se a unificação alemã nos termos de Bismarck. Ambas as forças estavam em mãos de experientados estrategistas. A Prússia contava com o conde Von Moltke, que havia ocupado o cargo de Marechal-Chefe do Estado Maior por 30 anos. As tropas francesas estavam entregues às ordens de Patrice-Maurice MacMahon. Em 2 de agosto de 1870, os combates franco-prussianos começaram. A superioridade do armamento, do treinamento e do comando da tropa prussiana não demorou em ser comprovada. A ineficácia das tropas francesas se deparou com a eficiência e

disciplina da máquina prussiana e sua guerra de movimentos. A Prússia dispunha do efetivo militar mais numeroso da Europa, após as reformas empreendidas por Bismarck entre 1862 e 1863.

As forças francesas, compostas pelo exército do Segundo Império e pelas tropas improvisadas do Governo de Defesa Nacional, que não contava com veteranos, não somavam mais que 264 mil homens contra um milhão de prussianos. A concepção Clausewitziana de guerra de movimentos confrontou-se com a arcaica mentalidade militar francesa, que remontava às guerras napoleônicas de 1792. Os suarimentos das tropas de Napoleão III eram monopólios, e um de seus generais foi incapaz de localizar um exército que presumia comandar. As armas ofensivas utilizadas por ambas as forças eram muito superiores aos mosquetes do período napoleônico, mas o canhão prussiano tinha alcance de tiro três vezes maior que o francês. Assim como os demais conflitos militares do século XIX, a guerra franco-prussiana teve curta duração e rápida decisão, pois a lógica militar previu o enfrentamento ao gesso das forças militares logo nos primeiros embates. A ofensiva inicial foi desencadeada pelo exército prussiano, partindo do Sarre e penetrando, com três exércitos, na Alsácia e na Lorena, impondo esmagadoras vitórias iniciais em Wissemburg (no dia 4 de agosto) e em Froeschwiller (em 5 de agosto), tendo sido os cavaleiros coraçoados franceses obrigados a recuar. Em 16 e 18 de agosto as forças prussianas, lideradas pessoalmente por Von Moltke, se enfrentaram em Saint-Privat e em Gravelotte com o marechal Bazaine, incumbido de guarnecer Metz, onde ficou encerrado com cinco corpos de seu exército. A batalha mais sangrenta de 1870 foi, além de Saint-Privat, a de Bazeville, que contabilizaram, cada uma, cerca de 33 mil mortos. Em outubro de 1870, assistiu-se ainda ao êxodo de Saint-Claire, em virtude da violência dos enfrentamentos e das derrotas francesas. Mas a destruição total das tropas imperiais foi impedida por MacMahon, que conseguiu recuar até Chalons, onde recompôs suas tropas com reforços vindos de Paris. Sua intenção era libertar as tropas de Bazaine em Metz; porém, foram encerrados pelos alemães e obrigados a travar o mais decisivo combate da guerra.

A batalha de Sedan, travada no dia 19 de setembro de 1870, decidiu a guerra franco-prussiana. As tropas francesas, comandadas pelo conde MacMahon, substituído no próprio campo de batalha pelo general Manuel Félix de Wimpfen, se defrontaram com a força prussiana que obedecia às ordens diretas de Von Moltke. Em 2 de setembro, apenas um dia depois, houve a capitulação francesa, incondicional. No dia seguinte, um emissário de Napoleão III enviou mensagem ao rei da Prússia: "Meu irmão: já que não me foi concedido morrer em meio às minhas tropas, não me resta outro remédio senão depor minhas armas em suas mãos". A 3 de setembro, Napoleão III foi levado ao cativeiro, iniciando seu desterro definitivo. A ocupação prussiana de boa parte do território francês foi vivida como uma suprema humilhação, da qual deixou testemunho a literatura (*Boule de Suif* de Guy de Maupassant). Para humilhação francesa, foi em Versalhes, o histórico palácio real da França, que o rei Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador (*Kaiser*) da Alemanha, em janeiro de 1871: "A unidade alemã é um acontecimento mais importante do que a Revolução Francesa do século passado", disse o premiê britânico Benjamin Disraeli. Ela, no entanto, não resultou da vontade expressa do povo, mas de um pacto entre os príncipes, isto é, foi realizada "de cima para baixo" e com a supremacia esmagadora da Prússia.

Depois de derrotar a França, Prússia tornou-se a maior potência militar da Europa continental e impôs aos outros estados alemães (exceto Áustria, Luxemburgo e Liechtenstein), a unificação num novo Império Alemão (o II Reich) liderado pelo rei da Prússia, completando a unificação da Alemanha no sentido da "pequena solução", e conquistando a Alsácia e a Lorena da França. Monetariamente, a ruptura com o passado foi simbolizada pela adoção de uma nova moeda, o marco de 100 Pfennig, cujo valor era sustentado em boa parte por ouro obtido através das indenizações de guerra pagas pela França: um marco passou a ser equivalente a 2,3082 gramas de ouro com título de 900. Os talões continuaram a circular, como moedas de três marcos. A Áustria ficou fora dessa unificação, mas também redefiniu seu *Guilten* segundo o padrão ouro, 0,80645 gramas de ouro a 90% até 1892, quando criou uma nova moeda chamada *Krone* ou coroa. Ao fim do conflito, a guerra franco-prussiana contabilizava mais de 600 mil mortos. O fim da guerra foi associado à maior realização política de Otto von Bismarck: a unificação alemã. Seu plano político teve êxito com a inclusão dos Estados do Sul no projeto que substituiu a Federação Germânica do Norte. A guerra desencadeou um surto de entusiasmo patriótico, conforme esperado por Bismarck e, ao longo do conflito armado, foram sendo lavrados tratados tanto com os Estados da Federação como com aqueles que resistiam ao projeto centralizador prussiano, a unificação alemã em um império sob a dinastia dos Hohenzollern. O soberano prussiano aceitou a coroa somente depois de sofrer pressões por parte dos príncipes e dos Estados que se incorporariam ao novo império.

Para o soberano, a unificação não tinha o sabor de vitória que tinha para Bismarck; chegou a afirmar ao seu filho que se tratava de "uma cruz que haveria de pesar sobre suas costas e sobre a Casa Real da Prússia". As negociações que levaram à efetivação do Império passaram ainda por discussões com os soberanos de Württemberg, Hesse,

Baden e Baviera. A este último (Luís II) foi concedido o comando supremo do exército, na barganha pela aceitação do projeto. Todos os acordos firmados durante o período de guerra foram submetidos à votação no *Reichstag*, onde a união dos Estados do Norte e do Sul foi ratificada por 307 votos contra 48. O *Reichstag* era eleito por sufrágio censitário e tinha influência limitada pelo poder imperial. O chanceler do Império, embora só prestasse contas ao imperador, era obrigado a arcar com a responsabilidade pela sua política no parlamento. Tratava-se de um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. A estrutura política do império permaneceria inalterada até o término da Primeira Guerra Mundial. Prússia mantinha a hegemonia na condução do novo império, não apenas por ter liderado a Federação Germânica do Norte, por possuir o mais poderoso exército da Europa e por ter liderado a vitória militar sobre a França; Prússia compreendia 330 mil quilômetros quadrados dos 542 mil que compunham o império, com mais de cinco milhões de habitantes, do total de 42 milhões de alemães.



Guilherme I, além do Kaiser, continuaria sendo rei da Prússia. A Constituição promulgada para a Federação Germânica do Norte, após modificações, foi aceita para a nova nação. O novo Reich, pouco mais extenso que a França, abrangia a Alemanha do Sul, particularista, sobretudo agrícola, a Alemanha média, fracionada, montanhosa, mineira e florestal, a Alemanha renana, que alcançara recentemente uma fortuna industrial e comercial de primeira ordem, a Saxônia, de uma grande riqueza rural e industrial, a vasta planície do Norte, muito mais pobre, mas com costas para dois mares. A Oeste e ao Sul prevalecia a dos católicos, ao Norte e ao centro, os protestantes. Havia três claras minorias: a colonesa e católica a Leste: Alsácia e Lorena a Oeste, sobretudo católica; a dinamarquesa ao Norte. A grande propriedade dominava o Norte, a média e a pequena o Sul e o Oeste. Ao todo, uma grande diversidade, muitos arcaísmos, o respeito à herança, à função pública, à autoridade em geral, o acatamento a um paternalismo atuante. O Reich passou a comportar em sua estrutura política o *Bundesrat*, que designava o conjunto dos Estados que compunham o império, e o *Reichstag*. Apesar de ser composto por meio do sufrágio universal, Bismarck concedeu poderes limitados aos parlamentares, concentrando poderes muito mais amplos nas mãos do imperador. Era um aparelho de Estado centralizado na figura do Kaiser. Essa era a resposta à pergunta de Engels: "Mas como unir as forças de toda a nação [alemã]? Três vias se apresentavam após o fracasso das tentativas de 1848 – que, embora muitas vezes nebulosas, contribuíram não obstante para dissipar algumas nuvens". Depois de ocorrer considerações sobre as duas primeiras vias, "a abertamente revolucionária" (como a unificação italiana, que Engels, exageradamente, considerou como tendo "enveredado por esse caminho") e "a unificação sob a égide da Áustria", deteve-se sobre a terceira, "a unificação sob a égide da Prússia". Com esta última, a que efetivamente se verificou, "descemos", afirmava Engels, do domínio da especulação para o terreno mais sólido, embora bastante

sordido, da política realista que foi praticada"; concluindo: "A desgraça da burguesia alemã consiste em que, seguindo o costume favorito alemão, chegou demasiado tarde... Desse modo à Prússia correspondeu o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813, e que deu um passo à frente em 1848. E se tudo caminha bem, se o mundo permanece quieto e tranquilo, e nós chegarmos à velhice, talvez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com as instituições feudais e que a Prússia alcançou por fim a situação em que se encontrava a França em 1792".<sup>1426</sup>



Otto von Bismarck, o "chanceler de ferro"

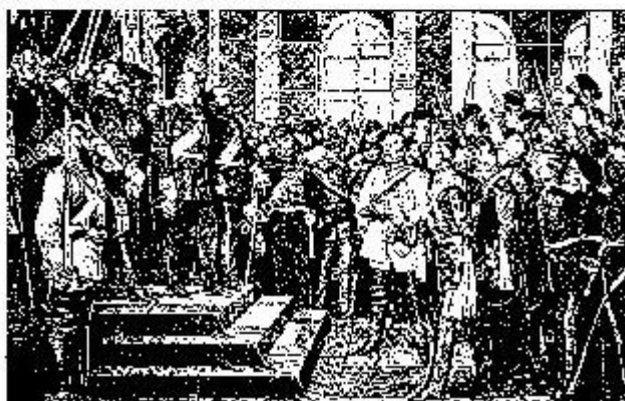
Bismarck realizou a vontade da burguesia alemã contra a vontade desta. Os burgueses alemães continuavam a mover-se na sua famosa contradição: por um lado, reivindicavam o poder político para si sós. Por outro lado, reclamavam uma transformação revolucionária das estruturas da Alemanha - o que só era possível com o recurso à violência, logo com uma verdadeira ditadura. Ora, desde 1848, a burguesia, em todos os momentos decisivos, deu sempre a prova de que não possuía nem sombra da energia necessária para realizar uma dessas tarefas, quanto mais as duas! Nas condições alemãs de 1871, Bismarck estava efetivamente votado a conduzir uma política de tergiversação entre as diversas classes. A única coisa que importava era saber que objetivo prosseguia a sua política. Se, qualquer que fosse o seu ritmo, ela se dirigisse, conscienciosamente e resolutamente, para o reinado final da burguesia, estaria em harmonia com a evolução histórica - até ao ponto, evidentemente, que esta fosse compatível com a existência de classes possuidoras. Se a sua política se propunha a conservação do velho Estado prussiano e a prussificação gradual da Alemanha, era reacionária e acabaria por fracassar.<sup>1427</sup> No âmbito interno, Bismarck perseguiu todos aqueles que se opuseram à sua política, em especial os católicos, contra os quais liderou em 1872 a *Kulturkampf*, sustentada pelos luteranos e os nacionais-liberais, cujo alvo era a Igreja em razão de seu apoio aos ainda descontentes Estados do Sul, alsaciano-loranos e poloneses. Outro importante fator que opunha Bismarck aos interesses da Igreja remontava ao dogma da infalibilidade papal (promulgado em 1871), por ter inaugurado uma fase de intervenções diretas da autoridade católica em assuntos seculares. Perseguiu tanto os socialistas quanto os liberais, aos quais acusou de "apátridas". Além disso, uma série de leis promulgadas entre 1872 e 1875 resultou na expulsão dos jesuítas de todo o país e no controle total dos seminários por parte do Estado, incluindo as nomeações de padres e bispos, por meio das "Leis de Maio". Instalado o período de perseguições aos clérigos, seis dos dez bispos católicos no Estado da Prússia foram presos e centenas de padres expulsos da Alemanha. Bismarck teve que se defrontar com a maior resistência que havia encontrado até ali: o Partido Católico ou *Zentrum*, que imediatamente correu em socorro dos religiosos perseguidos. Tornou-se o maior partido político da Alemanha, conseguindo eleger um quarto das cadeiras para as eleições do Reichstag, em 1874.

Paralelamente, crescia também o partido socialdemocrata (SPD). Em 1875, no Congresso de Gotha, as duas organizações políticas dos operários socialistas da Alemanha, os eisenachianos (marxistas) e lassallianos, fundiram-se em um único partido. Nasceu assim o Partido Socialdemocrata da Alemanha (*Sozialistische Partei Deutschland*, SPD), com 15.377 membros filiados. Apesar das críticas de Marx e Engels ao programa aprovado, no qual os socialistas internacionalistas (os "marxistas") haviam feito concessões "injustificáveis" às ideias cooperativistas de Lassalle, ele representou um importante acontecimento para o proletariado alemão, que agora dispunha de um

<sup>1426</sup> Friedrich Engels. Prefácio. *A Guerra de Camisados na Alemanha*, cit.

<sup>1427</sup> Friedrich Engels. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*, cit.

forte instrumento para se lançar na luta política. “Mas o voto um passo adiante do movimento real do que uma dúzia de programas”, foi a sentença de Marx a respeito. A Associação Geral dos Operários Alemães de Lassalle tinha sido o grupo mais numeroso na fusão que deu origem à socialdemocracia alemã. As leis eleitorais alemãs não eram uniformes: em onze estados existia o sistema eleitoral por classes, dependente dos impostos pagos pelo eleitor e, em outros quatro, mantinha-se a representação por corporações. Bismarck combatia, no interior, a ala esquerda da burguesia liberal, os políticos católicos e, principalmente, o movimento operário organizado, que reprimiu tanto quanto pôde. A partir da mediação e resolução de assuntos internacionais destacou-se a atuação do chanceler alemão como “árbitro da Europa”. Bismarck governou o Império por 19 anos, fortalecendo sua posição na Europa através de uma política de paz armada e de alianças. Em 1878, Bismarck teve papel decisivo no Congresso de Berlim, que pôs fim ao conflito entre Rússia e Turquia; em 1882, definiu a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália (cujo objetivo era isolar a França e conter a Rússia, desenhando ainda a reconciliação nas relações austro-germanas); e, em 1887, sua atuação levou ao “Tratado de Reasseguro” com a Rússia. Porém, no âmbito interno o político prussiano estava em franco decadência. O “chanceler de ferro”, frio, calculista, carente de escrúpulos e disseminador da ideia do “inimigo hereditário”, ruiu, no entanto ao passo da construção de uma política externa que conquistava progressivamente inimigos poderosos.



Coroação de Guilherme I em Versalhes, 1871

Partindo de uma multiplicidade de particularismos, Alemanha nasceu a partir do processo de modernização da Prússia. A questão da servidão agrária foi resolvida através de reformas sucessivas. No Sul e no Oeste do país, predominou a pequena propriedade, já no Leste a agricultura  *Junker* (baseada nas antigas grandes propriedades) tendeu a transformar os antigos camponeses subordinados a ela em assalariados do campo. Nos três momentos, a transformação se fez sempre “por cima”, pe as mãos do Estado. Alemanha ingressara, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, através da unificação sob a égide da Prússia. Durante o último quartel do século XIX, o assombroso desenvolvimento econômico alemão levou a um aumento da população (de 41 milhões, em 1871, para 61 milhões, em 1910), não afetada pela grande migração alemã para as Américas, e com grande aumento das exportações. A siderurgia desenvolveu-se com firmas poderosas, como Krupp e Thyssen. Na indústria química, os fertilizantes melhoravam a agricultura e os explosivos repercutiam no campo militar, ampliando a produção armamentista. A indústria se organizou com base em monopólios (*konzerne*) nascidos com base na rápida monopolização industrial, que pulara a etapa das oficinas artesanais e da manufatura. As ferrovias alemãs mais de que triplicaram em 40 anos, até atingir 61 mil quilômetros em 1910; a interligação ferroviária com outros países colocou a Alemanha no centro de uma rede europeia. A construção de canais melhorou a rede fluvial e houve grande ampliação das linhas marítimas e da marinha mercante. A produção de carvão na Alemanha era, em 1860, de pouco mais de 15 milhões de toneladas anuais (contra 85 milhões na Grã-Bretanha); em 1900, a produção alemã quase decuplicara (110,7 milhões de toneladas anuais) enquanto a inglesa (226,8 milhões de toneladas anuais) nem sequer triplicara. A produção de aço passou de 0,3 milhões de toneladas anuais em 1870 para 7,3 milhões de toneladas anuais em 1900, em um ritmo de crescimento bem superior ao de todos os outros países da Europa (mas inferior ao experimentado, no mesmo período, pelos EUA).<sup>126</sup>

De 1781 a 1900 houve, na Alemanha, um forte decréscimo da taxa de mortalidade e aumento da natalidade, representando um aumento populacional, como resultado da relativa estabilidade econômica e prosperidade

<sup>126</sup> William Ashworth, *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.



material, possibilitada pelos estímulos à imigração. O crescimento dos grandes centros industriais provocou um esvaziamento dos campos e a mudança das antigas atividades agrárias e pastoris (como exportação de cereais e criação de gado novino) para a consolidação de uma economia predominantemente industrial, num mundo de negócios organizado em cartéis visando a venda maciça de produtos tanto no exterior como no interior: têxteis, metalurgia, química e construção, distribuídos principalmente entre a Renânia, a Saxônia, Berlim e os portos do Mar do Norte, graças a uma rede ferroviária e navegável de primeira ordem, e a um movimento marítimo em constante expansão. Todo o aparelho político do Reich foi mobilizado no intuito de consolidar a economia do império. Três medidas foram determinantes: a criação de um sistema único de pesos e medidas; a criação do *mark* (a moeda federal alemã); e a unificação da legislação comercial, a *Reichsrecht bricht Landesrecht*. Paralelamente, cresceu enormemente a rede bancária. O novo *capitál financeiro* resultante da fusão entre capital bancário e industrial teve seu centro de expansão na Alemanha. A fundação do Império Alemão, realizada em três guerras de unificação e acompanhada de uma industrialização muito veloz, completou a reestruturação do sistema europeu de Estados. Esses processos transformaram o antigo "vácuo de poder" no centro da Europa em uma superpotência continental. Entre 1871 e 1914, o Império Alemão influenciou o caráter das relações internacionais mais fortemente do que todos os outros países. A Alemanha passou a exercer sua hegemonia sobre o continente e, depois de 1897, agiu como uma potência mundial não satisfeita. O medo frente ao domínio alemão da Europa e às ambições alemãs em escala mundial superou as rivalidades; as linhas de conflito tradicionais, entre Inglaterra, França e Rússia, ficaram subordinadas, concentrando a orientação da política exterior desses Estados numa aliança defensiva contra a Alemanha. O triunfo dos nacionalismos dissolveu vários pequenos países que desempenhavam o papel de Estados tampão entre as grandes potências, subtraindo destas o campo de expansão dentro da Europa. A parte europeia do decadente Império Otomano deixou de ser, para as grandes nações, uma área de expansão moderadora de conflitos, e transformou-se em uma região exclusiva.

O equilíbrio de poder entre as grandes potências continentais prévio a 1871 correspondia aos interesses britânicos: a *segurança* teria sido o conceito dominante. A paz depois de 1871 não se fundamentou no "consenso moral" precedente, mas na superioridade militar alemã sobre a França. A definição britânica de equilíbrio seria unilateral, uma vez que se relacionaria só com a Europa, sem levar em conta o poder britânico além-mar. Os alemães tentaram substituir essa definição pela sua própria, que possibilitaria à Alemanha estabelecer-se como potência mundial: a Alemanha tornou-se potência europeia hegemônica após a vitória sobre a França, mas Bismarck manteve o *status quo ante* mediante sua diplomacia.<sup>1207</sup> Embora fosse a maior potência militar e industrial do continente e tivesse potencial hegemônico (entendido como "a habilidade do mais poderoso dos Estados para determinar a natureza da sociedade e seu exercício"),<sup>1208</sup> Alemanha não chegou a transformar esse potencial em uma política imperialista consistente. A política exterior na Alemanha, até 1890, era guiada mais pela suposta vulnerabilidade do país a coalizões inimigas do que por seu poder como primeira potência no continente; sua cautelosa política e as relações entre os outros países fizeram que as relações internacionais até 1890 fossem relativamente equilibradas. Em outubro de 1873, Bismarck negociou a "Liga dos Três Imperadores" (*Dreikaiserbund*), entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo fez porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dupla, uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, a aliança foi ampliada para incluir a Itália, no que se tornou a Triplíce Aliança; o conflito europeu foi evitado através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa. Bismarck trabalhou para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos econômicos para a edificação do *Kaiserliche Marine* criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica. Depois de 1890, a Alemanha reivindicou um status político internacional correspondente ao seu poderio econômico e, ao mesmo tempo, França conseguiu quebrar seu isolamento, concluindo uma aliança com a Rússia em 1894. Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio inspirado por medo mútuo - uma "paz armada"; desafiado desde o início, mais parecido com uma situação de guerra latente do que com o "consenso" de tradição anti-hegemônica europeia.

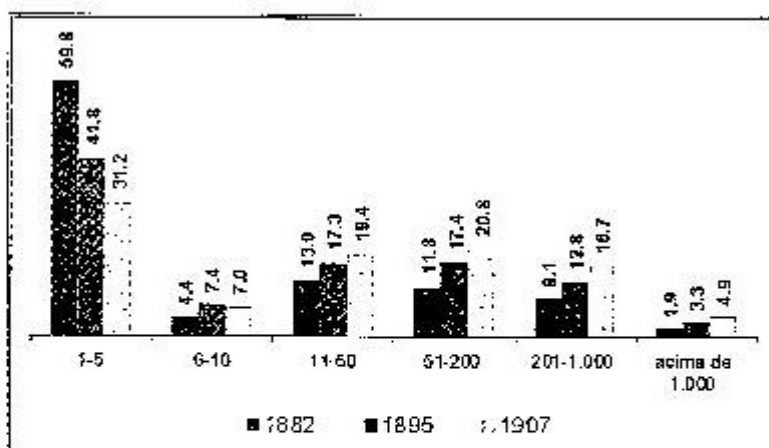
<sup>1207</sup> Adam Watson, *A Evolução da Sociedade Internacional. Uma análise histórica comparativa*. Brasília, UnB, 2004.

<sup>1208</sup> Adam Watson, *The Limits of Independence. Relations between states in the modern world*. Londres, Routledge, 1997.

A penúria de desenvolvimento industrial alemão consistiu em que "por ser muito mais atrasada, devia criar toda sua indústria ex novo; foram os banqueiros e outros promotores os que as desenvolveram dentro do sistema das ações. A relação entre indústria e fazenda se estreitou, um setor ex como a mineria, metalurgia, construção de máquinas, química e material elétrico, que exigiam capitais e custos de entrada mais elevados. Não era só que os bancos emitissem os valores das empresas novas, ou que se desenvolvessem, mas também que tinham interesse na transmissão dessas ações e exerciam uma influência contínua, inclusive controle, sobre as operações de câmbio. Ao aumentar a concentração financeira, alguns bancos importantes – os chamados "quatro D" (*Deutsche Bank, Dresdner Bank, Darmstädter Bank, Discontogesellschaft*) chegaram a dominar setores inteiros da indústria e do comércio. Em nenhum outro país da Europa ocidental, exceto na Áustria com seu *Creditanstalt*, existia semelhante fenômeno";<sup>229</sup> "A população urbana da Alemanha, que por volta de 1840 era um terço da população total, na véspera de Primeira Guerra Mundial representava quase dois terços do total, 47 milhões de habitantes para um total de 65 milhões; 50 cidades superavam cem mil habitantes e agrupavam 1/4 da totalidade da população do país";<sup>230</sup> Durante o século XIX o crescimento econômico da Alemanha foi, com grande vantagem, o maior da Europa, deixando atrás a Inglaterra.<sup>231</sup>

PIB dos países europeus no século XIX (em bilhões de dólares de 1960)

	Alemanha	Inglaterra	Rússia	Áustria	França	Itália
1830	7,235	8,245	10,550	7,210	8,582	5,570
1840	8,370	10,431	11,200	8,315	10,335	5,951
1850	10,393	12,591	12,700	9,190	11,870	6,666
1860	12,771	16,677	14,100	9,936	13,376	7,466
1870	16,597	19,628	22,920	11,330	16,800	8,273
1880	19,993	23,551	23,250	12,297	17,381	8,745
1890	26,134	29,441	21,180	15,580	19,758	9,435
1900	35,800	36,773	32,000	19,400	23,500	10,820
1910	45,523	40,523	43,833	23,970	26,869	12,598
1913	49,760	44,071	52,420	26,030	27,401	15,624
1830-1913	688%	535%	497%	361%	319%	281%



Distribuição dos empregos na indústria e no comércio de acordo com o tamanho das empresas

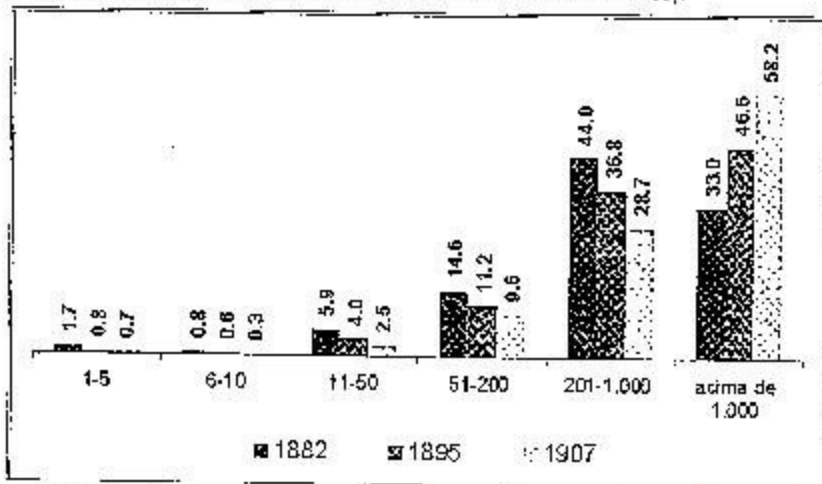
A produção alemã de aço, que perfazia, em 1880, 0,69 milhões de toneladas, atingiu em 1913 17,32 milhões (no mesmo período, a produção inglesa passou de 1,79 para 7,66); a produção alemã se multiplicou por 33, a inglesa por menos de seis. O capitalismo alemão atingiu com velocidade recorde o estágio monopolista, privado, no

<sup>229</sup> David S. Landes. La estructura de la empresa en el siglo XIX. In: Pierre Vilar et al. *Estudios sobre el nacimiento y desarrollo del Capitalismo*. Madrid, Ayuso, 1978, p. 144.

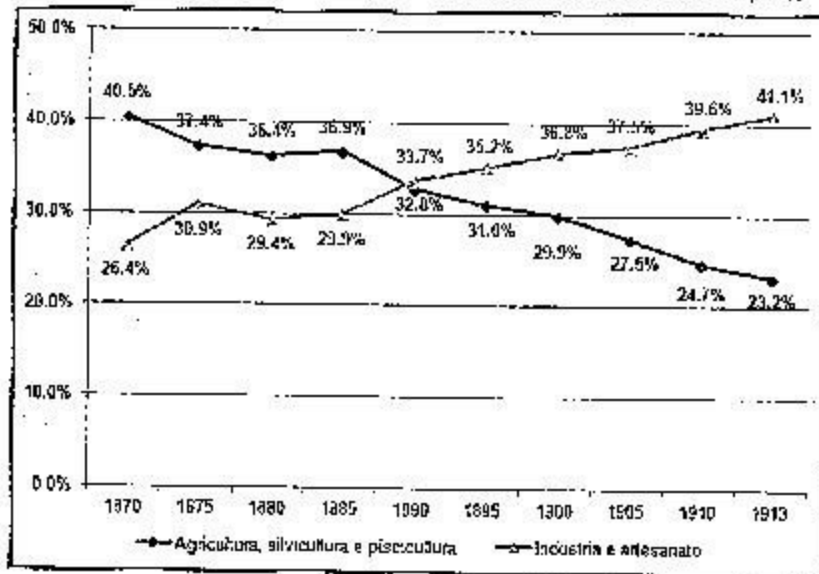
<sup>230</sup> Pierre Léon. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>231</sup> Paul Bairoch. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* nº 5, Londres, 1976.

entanto, de um grande sistema colonial, e carregando o fardo de uma ordem política anacrônica: "As rações da via parasitária perduram e se mantêm bem vivas na Europa Oriental: o Junker alemão sabe gritar tão alto quanto o populacho esfarrapado da Roma Antiga".<sup>12</sup> Na classe burguesa e nas classes médias um "intenso nacionalismo se expandiu. A produção de armamentos foi se intensificando a ritmos cada vez mais velozes. O novo imperador alemão definiu assim a "vocação alem a": "Política mundial como missão, potência mundial como objetivo, esquadra como meio". A ênfase dada   marinha decorria da concorrência com a Inglaterra e da intensifica o dos interesses coloniais germânicos que, no entanto, ficaram atrasados em rela o a um desenvolvimento capitalista interno que se potenciou graças a um forte estímulo e interven o estatal (crédito industrial direcionado, estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico através das universidades humboldtianas).



Distribuição dos empregos na mineração alemã de acordo com o tamanho das empresas

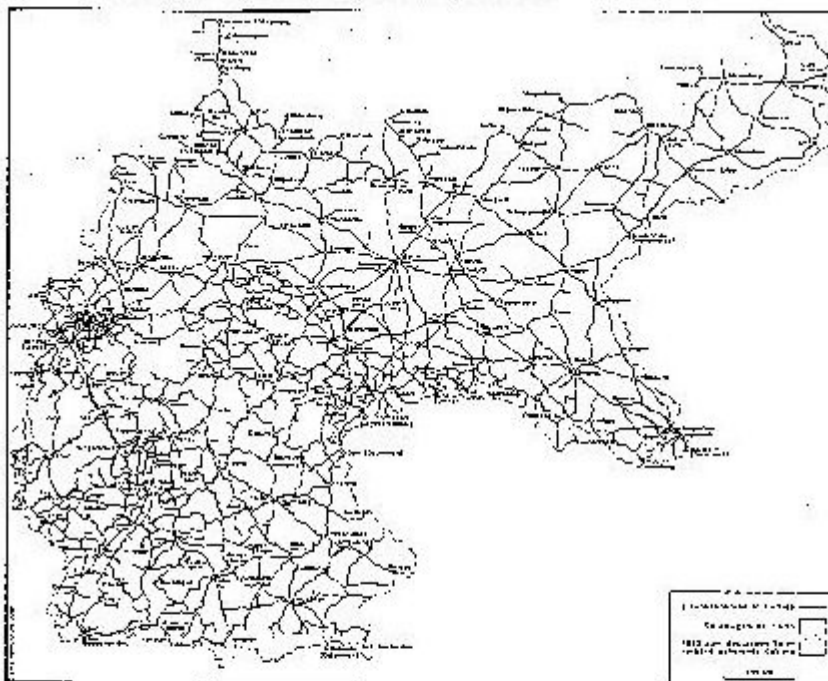


Composição do PIB alemão (1870-1913)

No final do século XIX, a Alemanha industrial já tinha superado a Inglaterra, com um crescimento econômico que duplicara o da França e trilhara o da Itália. Seus expertos "geopolíticos", disciplina nascida na própria Alemanha, começaram a invocar a necessidade de um "espaço vital" (*Lebensraum*) para o gigante econômico da Europa, que não podia se limitar a um império colonial. Segundo H.G. Wells, o sucesso alemão se devia à devoção à educação. A Alemanha era "de modo geral, a nação de maior serviço educacional do mundo".<sup>13</sup> A mesquinha inveja da classe

<sup>12</sup> Karl Kautsky, *Op. Cit.*, p. 127.

dominante britânica, que nenhum orgulho patriótico nem impulso generoso jamais conseguiu vencer e que impulsiona a educação do homem na Inglaterra, foi destruída ante o crescente temor da eficiência germânica. Com efeito, a Alemanha entregara-se à organização da pesquisa científica e à aplicação do método científico ao desenvolvimento industrial e social, com fôlego e energia que jamais, em tamanho e grau, demonstrara antes qualquer outra comunidade... Alemanha liderou também o mundo em muitos aspectos da legislação social. A Alemanha compreendeu que a classe trabalhadora é um dos valores nacionais, que se corrói com o desemprego e que, para o bem comum, deve ser objeto de cuidado dentro e fora das fábricas". Em contraste, "o empregador britânico estava ainda sob a ilusão de que a classe trabalhadora não existia fora do seu trabalho nas fábricas, e quanto pior fosse a sua existência exterior tanto melhor de algum modo para ele".<sup>242</sup>



Malha ferroviária alemã em 1885

A preocupação com o conflito de classes permeou também a política internacional alemã. O fundador do Instituto Geopolítico de Munique, Karl Haushofer, temia que a nova vida urbana comprometesse os laços originais do sentimento de identidade do povo germânico, de origem rural, minado pelos conflitos de classe. A política social foi posta em prática para evitar esse "perigo". Providência social universal e universidade Humboldtiana, marcas distintas da "cultura germânica", foram usadas como argumento favorável à expansão alemã. A ideia de *kultur* e de *Kulturkampf* conduziu um movimento de contraposição ao processo que, do Renascimento Italiano ao Luminismo francês, consolidou a sociedade burguesa frente à nobreza, através da noção de "civilização". A "cultura" se desassociava de sua relação com a natureza que fora sua origem.<sup>243</sup> Isso não refletia só a sobrevivência da nobreza no Estado moderno alemão ("de 1871 a 1914, cerca de 25% dos ministros na Prússia em Berlim eram *Junkers*, enquanto 75% eram nobres"),<sup>244</sup> mas também a afirmação de uma "via histórica alemã" diferenciada: "Quase como se obedecesse à alguma lei natural, em cada século parece emergir um país com o poder, a vontade, e o ímpeto intelectual e moral para moldar o sistema internacional inteiro conforme a seus próprios valores... No século XIX, a Áustria de Metternich reconstruiu o Concerto da Europa e a Alemanha de Bismarck o desmontou, transformando a diplomacia europeia num jogo a sangue frio de política de poder".<sup>245</sup> Alemanha buscou recuperar o terreno perdido na corrida imperialista das grandes potências na Ásia e África (as Américas nada mais eram do

<sup>242</sup> H. C. Wells, *Uma Breve História do Mundo*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

<sup>243</sup> Terry Eagleton, *A Ideia de Cultura*. São Paulo, Editora da Uesp, 2000.

<sup>244</sup> Arno Mayer, *Op. Cit.*, p. 181.

<sup>245</sup> Henry Kissinger, *Diplomacy*. Nova York, Simon & Schuster, 1994.

de um destino migratório, em especial os EUA), e sediou a Conferência de Berlim, que, entre novembro de 1885 e fevereiro de 1886, procedeu à partilha europeia da África, graças à proponderância de Bismarck nas relações internacionais intra-europeias: "Foi a intervenção da Alemanha na África Oriental que precipitou o movimento [de partilha]".<sup>1217</sup> A participação do país no movimento colonial africano, porém, deu-se em proporções modestas, no Togo, Camarões, o Sudeste Africano e os territórios da África Oriental Alemã. E Bismarck não conseguiu manter sob seu controle seus próprios agentes colonialistas, que ignoravam as fronteiras acordadas com as outras potências, impondo despesas inesperadas ao Estado alemão. A política africana de Bismarck estava determinada pela conjuntura europeia, mas teve o efeito duradouro de impor unidades políticas baseadas em fronteiras artificiais na África. Fracassada relativamente na África (no objetivo de constituir um império colonial alemão no continente), em crise na sua política europeia (pela oposição crescente e cada vez mais organizada da França e da Inglaterra, rivais históricos que se aproximaram diante da emergência alemã), e cada vez com maior oposição política interna (católica, liberal e socialista), a posição política de Bismarck, outrora sólida e poderosa, começou a enfraquecer, questionando sua sobrevivência política.

A morte de Guilherme I, com 91 anos, no dia 9 de março de 1888, levou ao trono Frederico III (Frederico III da Prússia) que, já arrasado pelo câncer, ocupou apenas por dois meses o cargo. O novo kaiser, Guilherme II, demitiu Bismarck a 20 de março de 1890. A queda de Bismarck provocou o desmoronamento da rede de alianças construída no cenário internacional; o tratado de reassoguro com a Rússia não foi mais renovado. Bismarck terminou vítima do seu próprio sistema, não sem antes ter dado a impulsion decisiva para a criação da Alemanha e de um novo sistema político de equilíbrio político europeu. Guilherme II designou Dernburg, um burguês que não pertencia à nobreza, seu ministro para as colônias, o que foi todo um acontecimento indicador da corrida colonial alemã. Politicamente, o fim da era de Bismarck deixou como legado a unificação do Estado alemão sob a égide de um nacionalismo belicista, do expansionismo, da perseguição à qualquer oposição política e da construção de fronteiras riscadas com os militares. O declínio da ordem europeia de Bismarck assumiu, devido a isso, contornos políticos explosivos. Não havia lugar no mercado mundial, dominado pelas potências antigas para os capitalismo tardios das nações retardatárias da Europa; no entanto, esse lugar lhes era necessário como condição de sobrevivência. A construção tardia de grandes Estados Nacionais europeus refletiu o caráter tardio do seu desenvolvimento capitalista e as forças centrífugas que obstaculizavam a unidade nacional. Isto determinou não só suas peculiaridades econômicas e políticas, mas também assimetrias e contradições no mercado mundial e no sistema político internacional.

<sup>1217</sup> Henri Brunschwig, *Le Partage de l'Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971, p. 83.